

RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.017 - SC (2016/0066645-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : ANVEL COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
ADVOGADO : RICARDO HOPPE E OUTRO(S) - SC013801

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado pela **Fazenda Nacional**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 257):

TRIBUTÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RECOLHIMENTO SUBSTITUTIVO. LEGITIMIDADE.

1. O cumprimento regular da obrigação tributária segundo a sistemática legal então vigente (antes da publicação da Lei 12.844/13) não poderia ser considerado opção irretratável, porque a lei que assim dispôs foi posterior à extinção do crédito tributário;

portanto o art. 13 da Lei 12.844/13, na parte em que incluiu o §9º no art. 8º da Lei 12.546/11, não poderia afrontar os atos já praticados.

2. Finalizado o processo legislativo, a data final prevista para o exercício do direito previsto restou inválida em decorrência direta da morosidade administrativa, porquanto previsto o direito invocado em data posterior ao limite definido para o seu exercício.

Opostos embargos declaratórios, foram parcialmente providos apenas para fins de prequestionamento (fls. 296/301).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 535 do CPC/73; 111 do CTN; e 2º da CF. Sustenta, em resumo, que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* remanesceu omissos acerca das questões neles suscitadas; (II) "*as disposições da Lei 12.546/2011, alteradas pela Lei 12.844/2013, no concernente a outorga de isenções, deve ser interpretada segundo sua literalidade, em cumprimento ao art. 111, II do CTN, sob pena de se conceder tratamento elástico à norma que deveria ser aplicada em seus estritos termos*" (fls. 330/331); e (III) "*não pode o Poder Judiciário inovar no plano do direito positivo, criando comando normativo exclusivo para a parte*

autora, não previsto e nem desejado pelo legislador" (fl. 332).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Em recurso especial não cabe invocar violação a norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa ao art. 2º da Constituição Federal.

Adiante, é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro (cf fl. 333). Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. IRREVERSIBILIDADE E SATISFAÇÃO DA MEDIDA. JULGAMENTO ULTRA PETITA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. Considera-se genérica a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC consubstanciada na afirmação de que não foram analisados determinados dispositivos de Lei, uma vez que esta é incapaz de individualizar a omissão ocorrida no acórdão recorrido, bem como tornar clara sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos.

[...]

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1318004/AM, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/3/2013, DJe 2/4/2013)

Nesse mesmo sentido, são os seguintes precedentes: **AgRg no REsp**

Superior Tribunal de Justiça

1.084.998/SC, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 12/3/2010; **AgRg no REsp 702.802/SP**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma DJe 19/11/2009, e **REsp 972.559/RS**, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe de 9/3/2009.

Ressalte-se, por outro lado, que a fundamentação deficiente do apelo, no tocante à negativa de prestação jurisdicional declaratória, não permite, por consequência e **per saltum**, ingressar no exame da tese veiculada no apelo raro centrada na ofensa ao art. 111 do CTN, porquanto remanesce ausente o indispensável prequestionamento (Súmula 211/STJ).

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator